

Modelo de Pedido de Relaxamento de Prisão

**EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA ___ VARA
CRIMINAL DA COMARCA DE BELO HORIZONTE-MG**

Fulano de tal , brasileiro, solteiro, CPF, portador da cédula de identidade nº: - SSPMG, residente na rua X, bairro Y, nesta capital, devidamente representado por esse advogado, com procuração anexa, , vem à presença de Vossa Excelência, requer **RELAXAMENTO DA PRISÃO EM FLAGRANTE**, com fundamento no **art. 5º, inciso LXV, da Constituição da República Federativa do Brasil c/c art. 310, I, do Código de processo Penal**, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

I. DOS FATOS

(narrar de forma circunstanciada como se deu a prisão, explicitando o local onde o assistido se encontra preso, bem como os responsáveis pelo ato de constrição à liberdade de ir e vir.

No dia 10 do corrente mês e ano, por volta das ____ horas, o requerente foi surpreendido e abordado por uma guarnição da PMMG, próximo ao número 11 da Rua Estrela, no bairro Constelação, quando estava se dirigindo a um supermercado próximo de sua residência.

Os policiais, sem maiores esclarecimentos, passaram a efetuar busca pessoal no requerente e afirmaram ter encontrado consigo certa quantidade de substância esbranquiçada semelhante a cocaína.

Acontece que o invólucro que era portado pelo autor

continha, na verdade, pequena quantidade de sal de frutas, e estava no bolso do requerente por mero esquecimento, já que tinha pedido um vizinho um pouco da substância para tratar de má digestão, mas acabou resolvendo comprar um frasco para si, daí a ida ao supermercado.

Deve-se asseverar que depois de efetuada a condução ilegal do requerente à delegacia de polícia, foi ratificada a voz de prisão, pelo Delegado, e mantida a custódia cautelar. Não foi realizado laudo de constatação preliminar.

Nada obstante, passados mais de dez dias da prisão, não há nem sinal de submissão da substância a exame pericial para a constatação de sua natureza entorpecente, fato que evidencia a ilegalidade da prisão, também não foi decretada a prisão temporária e nem a preventiva.

II. DOS FUNDAMENTOS

(descrever os preceitos legais violados e os que fundamentam a soltura – neste passo pode-se inserir comentários doutrinários e precedentes jurisprudenciais, caso seja útil.

Conforme de depreende do narrado e comprovado infra, não foi realizado laudo preliminar do entorpecente, não ficando configurado nenhuma das hipóteses autorizadas do flagrante inseridas no artigo 302 do Código de Processo penal.

Lado outro, a prisão em flagrante não mais subsiste como medida cautelar autônoma, sendo imperativo o relaxamento da constrição cautelar, nos termos do art. 5º, inciso LXV, da Constituição da República, haja vista a inércia do magistrado, violando os preceitos do artigo 310 do Código de Processo Penal.

Por derradeiro, a título de complementação, não se

encontram presentes os permissivos do artigo 312 do CPP, assim também não se justifica a decretação de uma prisão preventiva do requerente,

III. DOS PEDIDOS

Isso posto, requer o imediato relaxamento da prisão ilegal, com a conseqüente expedição de alvará de soltura, após ouvido o Representante do Ministério Público.

O requerente compromete-se a comparecer a todos os atos de persecução penal, ocasião em que provará sua inocência.

Termos em que, colocando-se à disposição para maiores esclarecimentos, pede e espera deferimento.

Local, data.

Assinatura



Quem se prepara, não para.